

Resenhas

REMATE DE MALES

Campinas-SP, (35.1): pp. 249-256, Jan./jun. 2015

Emílio Maciel

PASINI, Leandro. *A apreensão do desconcerto: subjetividade e nação na poesia de Mário de Andrade*. São Paulo: Nankin Editorial, 2013.

Numa conhecida passagem de *No caminho de Swann*, o narrador em primeira pessoa, recolhido ao conforto do quarto para mergulhar na leitura, tem sua atenção momentaneamente desviada pelo ruído obsedante das moscas, que até então fazia as vezes de pano de fundo à sua atividade principal. Num trecho que parece tentar justificar ou no mínimo racionalizar certa sensação de inércia – responsável por privar Marcel de ver com os próprios olhos o espetáculo da natureza –, o detalhe em aparência arbitrário e até irritante é convertido na sequência do raciocínio em inesperada sinopse do mundo exterior, num volteio onde a intimação totalizadora das impressões óticas parece perder gradualmente força diante da discreta obliquidade do ruído em surdina, monumentalizado por Proust na bela metáfora da “música de câmara do verão”. Criando assim um inesperado efeito de indistinção entre dentro e fora e, a um só tempo, conferindo um estranho lastro de necessidade a um dado à primeira vista aleatório, os dois parágrafos consagrados a esse devaneio podem servir também de síntese do arco de problemas enfrentado por Leandro Pasini em *A apreensão do desconcerto*, resultado de sua tese de doutorado defendida na FFLCH/USP, em 2011. Constituindo uma ampla e ambiciosa análise da produção de Mário de Andrade, com destaque para aquela que talvez seja a porção mais controversa de sua obra, o livro em questão é não só uma contribuição de fôlego ao debate sobre o Modernismo brasileiro, como uma poderosa amostra do potencial cognitivo de uma imersão detida na forma, ao delinear um percurso onde, nos saltos do detalhe ao plano geral, as trepidações vivenciadas pelo eu lírico são tratadas como uma espécie de relógio solar histórico-

filosófico da experiência social brasileira. Em boa medida, aliás – e aí está também a grande aposta teórica que o texto de Pasini encampa –, nesse contínuo jogo de remessas entre sujeito e vida pública, é como se fosse possível entrever, aos poucos, o diagrama de um embate em nada menos complexo do que aquele encenado no quarto de Marcel, e tendo como ponto de chegada um dispositivo onde, a cada mergulho em *close reading*, os afetos dramatizados pelos versos do poeta se dão a ver como sedimentações mais ou menos voluntárias de tensões sócio-históricas, e das quais aqueles constituiriam também uma câmara de eco.

A começar pela amplitude e dificuldade do projeto literário de Mário – que, numa célebre e decisiva carta ao jovem Drummond, se cristalizara no imodesto imperativo geracional de “dar uma alma ao Brasil” –, o gosto pelo jogo de máscaras e pela autossondagem ganha aqui decerto uma feição bem distinta da deslizante elegância da reveria proustiana, quase como se, de um autor a outro, ao confrontar-se com o déficit de diferenciação que marcava a cultura brasileira do entre guerras, o empenho em falar no próprio nome surgisse volta e meia atravancado pelo acúmulo desproporcional de demandas, equilibrando-se sempre numa zona tênue entre o direito à pesquisa estética e os ditames do engajamento. Nos seus momentos mais felizes, porém, e que ocorrem exatamente no fio da navalha dessas duas solicitações, é certo que esse mesmo déficit de autonomia pode surgir de repente condensado numa solução de compromisso tão bela quanto precária – quando o desejo de unificar ou apaziguar a heterogeneidade do eu revela-se como indissociável ao esforço para mapear poética e simbolicamente o corpo da nação. Dilema identificado por Pasini como o grande eixo condutor da poética andradiana, o efeito de síntese deflagrado por tal golpe de vista responde por muito da sensação de unidade e coerência que a leitura de seu livro provoca, capaz de fazer com que textos à primeira vista tão diversos quanto *O Banquete* e “Acalanto do seringueiro” apareçam como refrações cubistas de um só problema de fundo, em torno do qual somos convidados a executar um nervoso movimento em paralaxe. Trajeto não raro pontuado por bruscas hesitações e reviravoltas, e em que o sentido positivo de um poema tende a rasurar-relativizar o acento posto no outro, é bem possível que, como grande ponto de interseção desses desdobramentos, não esteja senão a tentativa de chegar a bom termo com a radical ambivalência do significante “Brasil”; enigma que, na obra múltipla e irregular do poeta-ensaísta ecoa tanto nas vertiginosas mudanças de sinal que perpassam seus textos – perfazendo uma oscilação quase ciclotímica entre vontade construtiva e capitulação letárgica – até as apreciações das peculiaridades das frutas amazonenses, em passagens

que soam como uma variante prosaica daquele mesmo “ruim esquisito” celebrizado por Bandeira. Não só: premido entre o desejo de contato e uma quase envergonhada rejeição, isso que pode parecer quase cômico em certas notações laterais torna-se na análise de Pasini a cifra para uma experiência visceralmente infensa a delimitações fixas, num arco que inclui desde as potencialidades emancipatórias da informalidade até os muros e abismos que não cessam de travar a autoconstituição do eu, com uma teimosia em que assoma ainda fortemente o vulto da nossa aterradora teratologia “liberal escravista”. Em sua face menos sinistra e mais convidativa – como é o caso, entre outras, da leitura de Helena Morley proposta por Roberto Schwarz, abordagem com a qual o livro de Leandro dialoga de modo tão intenso quanto pouco conspícuo –, não é menos verdade, ainda, que esse apego ao indistinto e ao indefinido, na trilha do que teria proposto o Antonio Candido de “Dialética da malandragem”, chega a por vezes apresentar-se como uma linha de fuga factível para uma modernidade onde a construção é, via de regra, quase sempre indiscernível da ruína, impasse diante do qual, de certa forma, a forte obsessão letárgica que atravessa a poesia de Mário – com seu fascínio pela maleita e pelos limiares de indistinção – não deixa de constituir também a seu modo uma resposta política. Contabilizados os prós e contras, porém – e aqui não parece haver dúvida de para onde irá inevitavelmente pender o fiel da balança –, é preciso reconhecer que, no viés adotado por Pasini, tais epifanias aparecem quase como um contracanto recessivo diante do acento decididamente melancólico da “Meditação sobre o Tietê”, poema onde os impasses e dilemas da nossa *Bildung* abortada se cristalizam na mesmice espessa e opaca de um rio de águas malsãs. Correspondendo também a um momento alto da leitura de Pasini – quando, ao retomar a formulação capital de José Antonio Pasta Jr. sobre o mana brasílico, o autor converte o testamento de Mário na mais perfeita sinédoque de toda sua obra –, os dilemas condensados nessa análise se veem convertidos então num operador teórico de rara abrangência e poder provocativo, e que funciona ao longo d’*A apreensão do desconcerto* como um mix de linha de força e anagrama melódico, apto também a redesenhar novos contornos para o rosto do poeta. A ponto de até fazer, no limite, com que mesmo muitos de seus ranços e cacoetes mais irritantes – desde o famigerado tom apostólico até o verbalismo herdado de um Whitman diluído –, retornem convertidos em meros epifenômenos de uma certa negatividade em *undercurrent*, mas que tomam decididamente o centro da cena no grandioso e inconcludente poema-epitáfio.

Num livro que parece muitas vezes mimetizar *en abîme* o elusivo movimento do seu objeto, prensado entre reivindicações de independência e o peso jamais de todo eliminado da escravidão, do favor e do paternalismo, interessante notar como, no contrapelo da recente canonização da correspondência, o foco aqui incida prioritariamente na reavaliação e redimensionamento do Mário poeta, visada que opera também como genealogia retroativa das conquistas formais do Modernismo, tornadas moeda corrente nos bem mais unanimemente celebrados Bandeira e Drummond. No plano mais panorâmico, portanto, o que daí resulta é um recorte, então, que, ao rastrear a presença crucial de Mário nos dois grandes poetas, opera no livro em igual medida como força centrípeta e amarra teleológica, para além de despoletar um curioso efeito V sobre certos consensos críticos correntes – os quais, se talvez não cheguem a ser de todo abalados pelas análises de Pasini, são no mínimo repostos em perspectiva histórica pela paciente trama de nexos que este reconstrói. No desenho geral do argumento, por certo, essa reacentuação da figura de Mário enquanto elo decisivo do fio da tradição – tendo por eixo a concordância de Bandeira e Drummond sobre o status do “Noturno de Belo Horizonte” como o “grande poema brasileiro” dos anos 20 – remonta clara e confessamente à noção candidiana de formação como “processo cumulativo de adensamento artístico e articulação com a vida social”, mote ao mesmo tempo tematizado e performatizado pelo livro de Leandro, já a partir do estreito diálogo que enceta com a melhor tradição uspiana. Em mais de um sentido, por sinal, em que pese a relativa previsibilidade da (excelente) bibliografia utilizada, aqui posta a serviço de uma nada disfarçada variante do bom e velho *leitmotiv* da “transmissão de tocha”, é possível que o momento mais arriscado desse embate – ou pelo menos o que mais e melhor parece contribuir para o tal efeito de adensamento –, dê-se justo na reapropriação do Adorno de “Palestra sobre lírica e sociedade”, num capítulo onde, depois de retomar em cascata Schwarz, Candido e Paulo Arantes, a especulação paratática do filósofo alemão opera como um inesperado canto paralelo para os dilemas da *Bildung* brasileira, em meio à qual o poeta ressurgente condenado a um interminável morde-assopra com sua matéria indócil. Mal comparando, se no caso de um Wordsworth, por exemplo, a lírica poderia ser vista quase como uma duplicata enviesada da dolorosa autonomização do sujeito – que, ao misturar segundo seu próprio critério sublime e cotidiano, estaria desse modo apto a conferir lastro universal às suas experiências mais específicas e intransferíveis –, na contrapartida brasileira, ao contrário, é como se essa reivindicação surgisse já de saída comprometida pela gelatinosa instabilidade do seu entorno, à qual tampouco mantém-

se incólume o próprio eu. Constituinto talvez o grande *tour de force* teórico e analítico do livro de Pasini, a articulação proposta no capítulo 2, ao realçar o elo entre subjetividade autônoma e lírica moderna, e, ato contínuo, mostrar também a especificidade e dramaticidade de sua refração nacional, delinea um pano de fundo em contraponto para o déficit de formalização que atravessa de fora a fora arte e sociedade brasileiras, trazendo à tona a pertinência por assim dizer sistêmica dos negaceios e fintas incessantes da impositação de Mário. Vendo a coisa à distância, ainda, a precisão e desenvoltura desse enlace – no qual os versos operam como duplo anaclástico dos atritos do eu com o *socius* –, tornam-se especialmente flagrantes, sem dúvida, quando, com uma nada pequena ajuda da estética de Hegel, o cabotinismo e falta de firmeza da dicção lírica são como que convertidos em modelo reduzido da indecisão constitutiva do corpo político, até culminar naquele que talvez seja o momento mais audacioso da análise como um todo, dedicado ao ciclo “Tempo de Maria” e aos “Poemas da negra”. Tratados quase como polos complementares de um só díptico – o primeiro voltado para uma dama da aristocracia por quem Mário teria se apaixonado “platonicamente”, e o segundo dedicado a uma amante de pele escura que “não quer ser escrava” –, não é exagero dizer que, ao esquadrihar em filigrana os repelões e não-me-toques dessa voz lírica – em especial nos momentos em que ela serpenteia velozmente entre a agressividade e a humilhação – as páginas dedicadas a “Tempo de Maria” fazem de tais afetos um incisivo correlato objetivo das assimetrias sociais brasileiras, numa leitura capaz de desentranhar o elemento de longa duração que esse tipo de infortúnio decanta, quando o fracasso amoroso de Mário, face à amada inacessível, reatualiza um impasse já vivenciado, em chaves não de todo distintas, por figuras como Gonçalves Dias e Tobias Barreto. Nesses termos – se considerarmos o modo como esse trecho vira pelo avesso uma das mais renitentes catacreses da crítica literária, ao mostrar o dilaceramento do eu, no que tem de mais íntimo, como sempre já verticalmente atravessado pelas promessas não cumpridas do tecido social –, é fácil explicar ainda porque, após a momentânea ofuscação que o *insight* provoca, os dois capítulos seguintes, consagrados respectivamente ao sentimento religioso e aos impasses do engajamento, tendam a parecer meio tímidos no caráter bem mais terra-a-terra das suas articulações, que a essa altura soam quase como um recuo tático diante da impressionante hipérbole de lucidez que as antecederam.

Obviamente, tendo em vista o considerável senso arquitetônico que o livro revela, trata-se de um arrefecimento, como veremos, que, à medida que vai recalibrando sutil mas firmemente a ênfase sobre o negativo – ligando, por exemplo, a perda da medida comum à invencível dificuldade

do poema de interpelar o seu outro – acabará por se revelar mais tarde como um novo acorde preparatório, cujo fulcro aponta exatamente para a ideia de acumulação poética destacada na conclusão, alçada a eixo de um raciocínio onde os esforços tateantes dos versos de Mário se veem elevados a condição *sine qua non* para a emergência de obras-primas como *Alguma poesia* e *Libertinagem*. Como bem mostrará Pasini em suas páginas finais, trata-se de livros que, tanto em termos de ritmo como de dicção, pagam não pouco tributo aos experimentos algo desajeitados desse “abridor de picadas” (Bandeira); elo tornado especialmente evidente quando, via imersão em filigrana, detalhes como o verbo “topar” ou o brusco efeito de elevação de uma mesóclise convertem-se em insuspeitos precursores borgianos da mescla estilística de Drummond. Contando ainda com o luxuoso respaldo de enxertos cirurgicamente pinçados da correspondência dos poetas, numa trama onde uma bem apanhada citação de Bandeira logo na página 15 funciona como rima de longa distância com a assertiva do poeta mineiro sobre “aceitação futura integral” da obra do amigo, nada a espantar, então, se como de hábito em constructos retroativos desse tipo, os elos de continuidade tendam por razões óbvias a prevalecer indisputavelmente sobre as diferenças; até desaguar no passo especialmente delicado em que, convertido em sujeito-suposto-saber, nas páginas finais do livro, Drummond ressurge desempenhando diante de Mário o mesmo papel de Machado de Assis na *Formação* de Antonio Candido: quase como se, enfim, sua obra fosse uma espécie de grande estuário no qual todos os rios confluem. Trate-se porém, ou não, de um vínculo de caso pensado, o fato é que, na elegância e quase naturalidade desse arredondamento – por meio do qual o discípulo é convertido em figura de autoridade que aceita, prolonga e legitima o espólio do mestre –, pode-se reconhecer outro dado que reforça ainda mais a pregnância e solidez da hipótese-chave do livro, que, pela riqueza das sugestões e articulações, parece-me sem dúvida alguma capaz de interessar até aos que se mantêm alheios ou francamente refratários à lírica de Mário. O mais irônico, contudo – e eis aqui uma prova quase à revelia da utilidade e precisão da leitura de Pasini –, é que, supondo-se que fosse o caso de chamar pelo nome o grande ponto cego, é difícil pensar numa síntese mais certa do que a menção à “curva retórica ascendente” identificada com invejável olho de lince pelo analista; traço, de resto, que, como tampouco não se cansaram de reconhecer os dois mais lúcidos interlocutores do poeta paulistano, por vezes chega a quase pôr a perder a inegável força dos crescendos ativados pela rapsódia de imagens. Forçando um pouco a nota, aliás, se é o caso agora de converter em algo como uma craveira *ad hoc* a conhecida formulação de Bandeira sobre a poesia de Drummond

– na qual ironia e ternura operariam como “um jogo de alavancas que se estabilizam”; imagem que sem dúvida dá muito bem a medida daquilo que falta em Mário –, talvez fosse pertinente indagar, então, até que ponto e/ou em que medida, nesse último, o perde-ganha de tensões que constitui a marca registrada da melhor poesia brasileira não seria aqui e ali comprometido pela insistência do clamor edificante, que responde também pelo que há de mais datado e rebarbativo em sua obra. Em última instância, aliás, trata-se de um desequilíbrio, que, sem em nada depor contra a justeza do sintagma “acumulação poética”, talvez possa ganhar nuances um pouco menos conciliatórios no corpo a corpo mais direto com os poemas, como é o que se vê, por exemplo, na recente análise conjunta de “Cabaré Mineiro” e “Carnaval carioca” proposta por Ivan Marques em *Cenas de um modernismo de província*, quando, tendo como ponto de partida o tema comum da dança, mas realçando o acento decididamente grotesco e disfórico que este ganha em Drummond, essa mesma via de mão dupla entre os dois poetas aparece flexionada muito menos na chave do consenso do que da palinódia, muito menos na de uma transmissão de tocha do que na de um agônico revezamento de valências.

Desnecessário dizer, porém, que longe de propriamente significar uma discordância aberta, variações de ênfase como essas surgem antes quase como um resultado inevitável diante do sem número de fios que se combatem e se emaranham na assinatura “Mário de Andrade”, problema ecoando ainda no modo como, nas primorosas leituras de Leandro – que em alguns instantes parecem levar a extremos um tanto perigosos o empenho de fusão empática com seu objeto –, o que poderia parecer à primeira vista uma infelicidade da fatura é inteligente ainda que não de todo convincentemente relido como estratégia formal calculada, sem que se possa saber onde termina o descuido e começa a autoimplosão voluntária. Em outros momentos, porém – como é o caso da interpelação emperrada e agônica do “Acalanto do seringueiro”, trecho no qual o ceticismo sobre a possibilidade de um contato efetivo mais uma vez reaproxima o autor de *Losango cáqui* da incerteza e pé-atrás drummondianos –, é quase como se, na sensibilidade para os desacertos que travam o conagraçamento, fosse possível reconhecer uma tática para rasurar por cima da prosopopeia edificante de Mário e, quem sabe até, converter o tom apostólico em apenas mais umas das 350 máscaras que o escritor manipula. Seja isso ou não confirmado pelo mergulho nos poemas – que, sem favor algum, depois desse belo livro, terão que se haver de agora em diante com o sulco deixado por uma leitura tão poderosa quanto seletiva, tão sagaz quanto tendenciosa –, impossível negar a pertinência e ousadia dos enlances propostos, cuja força passa ainda, e em não menor medida, pelo empenho

em relativizar e historicizar radicalmente a própria noção de defeito, conferindo uma espécie de mais valia *a posteriori* para aquilo que o próprio crítico irá chamar, a certa altura, de “verbalismo característico” do seu poeta. Não se trata com toda certeza de um feito pequeno, inscrito que se acha naquela zona tênue e perigosa onde, para ser suave, a dificuldade de mensurar o grau de premeditação de certos procedimentos e tiques instaura um intrigante lusco-fusco entre a precisão da análise e o *wishful thinking*, tendo por mote a conhecida predileção de Mário pelo topos do sacrifício; imagem convertida arrojadamente por Pasini em álibi, metáfora e instrumento analítico das mencionadas recaídas edificantes. Definir porém até que ponto isso seria capaz de redimir *in totum* os contorcionismos dos versos é uma questão que permanece vibrando como fermata incômoda no desenho argumentativo deste estudo, que, diga-se de passagem, a começar pela intrincada textura de sua escrita – alternando síncopes coloquiais a intrincadas construções hipotáticas – não deixa de servir de exemplo em ato da própria acumulação literária que elege por tema, com uma verve que nada fica a dever em fôlego e escopo à prosa ensaística de nomes como Paulo Arantes, Rodrigo Naves ou o próprio Schwarz. De um extremo a outro, aliás, que muitos dos problemas trabalhados via imersão em microscopia retornem, aqui e ali, como que anagramatizados na ágil dicção crítica de Pasini, constitui uma prova a mais da habilidade com que seu trabalho aborda e dramatiza as astúcias da forma, tomando como prumo uma escrita que, seja quando expande em direções inesperadas as premissas do seu paideuma, seja quando relê sob ângulos novos conclusões mais ou menos consolidadas, mostra-se no mínimo tão estranha e poderosa quanto a dessa “coisa grandalhona” que vem a ser seu objeto. No tato para expandir, aprofundar e complexificar esse fio da tradição, forjando um instrumento dúctil o bastante para acomodar em unidade uma densa trama de nexos, e, na esteira de melhor ensaísmo adorniano, criar também um contínuo e agônico rebatimento entre dito e implicado, entre tema e modo de exposição, não está sem dúvida um dos menores atrativos deste excelente trabalho.